

Inpasa

Bioenergia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Inpasa Bioenergia S.A.
Nova Mutum - Mato Grosso

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Inpasa Bioenergia S.A.(Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inpasa Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Inpasa Bioenergia S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.958	62	Fornecedores	13	94.007	40.384
Contas a receber	9	34.288	-	Empréstimos e financiamentos	14	10.011	-
Estoque	10	292.424	-	Empréstimos - partes relacionadas	17	164.485	8.000
Contas a receber por emissão de ações	17	-	870	Salários e encargos a pagar		3.433	1.012
Adiantamentos a fornecedores		713	-	Impostos e contribuições a recolher	15	11.929	582
Impostos e contribuições a recuperar	11	19.209	-	Passivo fiscal corrente	25	37.308	-
Outras contas a receber		5.364	19	Adiantamento de clientes	16	33.957	-
Total do ativo circulante		364.956	951	Dividendos a pagar	18	25.331	-
				Outras contas a pagar		184	-
Não circulante				Total do passivo circulante		380.645	49.977
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	11	13.261	-	Empréstimos - partes relacionadas	17	456.365	113.406
Ativo fiscal diferido	25	2.277	-	Total do passivo não circulante		456.365	113.406
		15.538	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	577.648	201.687	Capital social	18	40.000	40.000
Intangível		195	-	Reservas de lucros		81.327	-
Total do ativo não circulante		593.381	201.687	Prejuízos acumulados		-	(746)
				Total do patrimônio líquido		121.327	39.254
Total do ativo		958.337	202.638	Total do passivo		837.010	163.383
				Total do passivo e patrimônio líquido		958.337	202.638

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Inpasa Bioenergia S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	20	466.932	-
Custo das vendas	21	(245.491)	-
Lucro bruto		221.441	-
Despesas operacionais			
Despesas de vendas	22	(35.316)	-
Despesas administrativas e gerais	23	(7.632)	(1.717)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(113)	10
Lucro (prejuízo) antes das financeiras líquidas		178.380	(1.707)
Receitas financeiras	24	3.524	1.189
Despesas financeiras	24	(30.559)	(228)
Resultado financeiro líquido		(27.035)	961
Resultado antes dos impostos		151.345	(746)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	2.277	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(46.218)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		107.404	(746)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício básico e diluído por ação	27	2,69	(0,01)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Inpasa Bioenergia S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020		2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>107.404</u>	-	<u>(746)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>		<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>107.404</u></u>		<u><u>(746)</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Inpasa Bioenergia S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva para incentivos fiscais	Lucros retidos		
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	39.999	-	-	-	-	39.999
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(746)	(746)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	-	-	-	(746)	39.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.404	107.404
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	5.333	-	-	(5.333)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(25.331)	(25.331)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	26.967	-	(26.967)	-
Transferência de retenção de lucros	-	-	-	49.027	(49.027)	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	40.000	5.333	26.967	49.027	-	121.327

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Inpasa Bioenergia S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		107.404	(746)
Operações que não representam saída (entrada) de caixa			
Ajustes para:			
Depreciação	12	8.707	10
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado		-	(225)
Juros e variações cambiais	16	39.439	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	24	43.941	-
Outros		-	5
		<u>199.492</u>	<u>(955)</u>
Variações em: (Aumento) redução de ativos:			
Estoque		(292.424)	-
Contas a receber		(34.288)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(32.470)	-
Adiantamento a fornecedores		(713)	-
Contas a receber por emissão de ações		870	-
Outras contas a receber		(5.345)	(59)
Variações em: Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		52.529	-
Salários e encargos a pagar		2.422	712
Impostos e contribuições a recolher		11.346	153
Adiantamento de clientes		33.957	-
Outras contas a pagar		181	-
Juros pagos de empréstimos com partes relacionadas		(90)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos de terceiros		(48)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.909)	-
		<u>(73.581)</u>	<u>(149)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados e obras em andamento	28	(367.478)	(38.937)
Aquisição de ativos intangíveis		(195)	-
		<u>(367.673)</u>	<u>(38.937)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aporte de capital de acionistas em moeda corrente		-	18.608
Captações de empréstimos partes relacionadas	17	785.823	20.295
Captações de empréstimos e financiamentos de terceiros	14	10.000	-
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	17	(341.673)	-
		<u>454.150</u>	<u>38.903</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
		<u>12.896</u>	<u>(184)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa 1º de janeiro	8	62	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020			
		<u>12.958</u>	<u>(183)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Inpasa Bioenergia S.A

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas (1)	534.657	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	534.449	-
Outras receitas	208	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	273.927	721
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	236.885	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.042	721
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	260.730	(721)
Depreciação e amortização (4)	8.707	20
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	252.023	(741)
Valor adicionado recebido em transferência (6)	3.524	-
Receitas financeiras	3.524	-
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	255.547	(741)
Distribuição do valor adicionado	255.547	(741)
Pessoal	5.750	789
Remuneração direta	4.361	664
Benefícios	883	36
Alimentação do trabalhador	261	42
F.G.T.S.	245	47
Impostos, taxas e contribuições	111.500	186
Federais - PIS / COFINS	33.012	-
Federais	43.941	182
Estaduais	34.547	4
Remuneração de capitais de terceiros	30.893	(970)
Juros e variações	30.284	(1.090)
Outras	609	120
Remuneração de capital próprio	107.404	(746)
Dividendos obrigatórios	25.331	-
Lucros retidos	82.073	(746)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Inpasa Bioenergia S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ethanol Indústrias de Combustíveis S.A., é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, constituída em 2 de fevereiro de 2017, sob o CNPJ de nº 27.026.451/0001-54. A alteração da razão social ocorreu conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária datada em 01 de fevereiro de 2020. A Companhia, cuja unidade operacional foi construída no município de Nova Mutum, no estado do Mato Grosso, totalizando uma área de 100 ha. A planta industrial ocupa uma área aproximadamente de 60 ha com uma área construída de 107.875,04 m². A Companhia foi constituída com objeto social de fabricação de etanol, DDGS (*Distiller’s dried grains with solubles*) e óleo em bruto, tendo como matéria-prima o milho em grãos.

A energia elétrica consumida na planta industrial é proveniente da própria operação, enquanto a caldeira é suprida por biomassa. A unidade de cogeração produz aproximadamente 22,3 Mwh, dos quais cerca de 50% são consumidas pela própria planta e a energia excedente é comercializada.

A Companhia é autorizada a cogear energia e regulada pela ANEEL através da resolução autorizativa nº 7.599 de 5 de fevereiro de 2019, o detalhamento dessas receitas está descrito na Nota Explicativa 20.

A viabilidade do investimento na produção de etanol de milho está ligada, entre outros fatores, a oferta do cereal na região em que está a planta de produção. O etanol a partir de milho agrega valor ao produto, além de favorecer outras cadeias, como a da bovinocultura, devido aos subprodutos destinados a nutrição animal. O investimento para a construção do parque fabril foi originado de recursos dos próprios acionistas e com partes relacionadas. No futuro, eventual necessidade de captação junto a instituições financeiras será avaliado pela administração da Companhia.

O início das obras ocorreu em abril de 2019, sendo que a Companhia iniciou a fase de teste industrial no dia 27 de julho de 2020, e obteve a licença para operação da ANP – Agência Nacional de Petróleo em 25 de agosto de 2020, estando atualmente plenamente operacional.

O capital social da Companhia está distribuído conforme segue: 75% pelo Grupo Infiniti Holdings LTD, 24% Ethanol Holding S/A, e 1% Rafael Augusto Ranzolin. Em janeiro de 2020 foi firmado via contrato de compra e venda de ações, a venda das ações dos acionistas Ethanol Holding S/A e Ramiro Azambuja da Silva, tendo como comprador o Grupo Infiniti Holdings LTD, o contrato também estipula que o ato de alteração do estatuto social com a nova composição acionária, será registrado após a quitação do contrato, prevista para maio de 2021.

Até o início das operações a Companhia conta com o apoio de acionistas e partes relacionadas sendo os recursos necessários enviados através de contratos de mutuo. Essa situação se normalizará no decorrer deste e dos exercícios seguintes, principalmente a partir do início das operações. O resultado do exercício parcialmente operacional, já apresenta um lucro líquido de R\$ 107.404, correspondendo a R\$ 2,69 centavos por ação.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 15.689 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 49.026 em 31 de dezembro de 2019), e utilização de caixa operacional no montante de R\$ 85.346 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2019), cujos principais fatores são os reflexos da fase pré-operacional no período substancial de 2020. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia e entende que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que não há incertezas materiais sobre a capacidade de continuidade operacional.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, porém, não geram impactos nos valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia entende que a recuperação global do mercado de combustíveis a partir de maio, atrelado ao fato de que a pandemia não afetou o mercado de nutrição animal indicam que os efeitos econômicos da pandemia na Companhia não impactarão de forma significativa o valor recuperável de seus ativos e não comprometerão sua capacidade operacional e de continuidade dos negócios.

A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários considerando redução de volumes e preço de etanol. A Companhia apresentou até 31 de dezembro de 2020 uma receita líquida de R\$ 466.932 no segundo semestre

de operação, que está dentro das projeções inicialmente previstas. Importante mencionar que as projeções de geração de caixa operacional não sofreram variações significativas em relação as inicialmente projetadas. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2021 poderá ser revisada, e a Companhia analisa cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes, tendo em conta medidas que possam incluir a redução ou postergação de valores a receber pela venda de seus produtos.

A Companhia entende que os efeitos econômicos da pandemia não impactarão de forma significativa o valor recuperável de seus ativos, e não comprometerão sua capacidade operacional e de continuidade dos negócios, considerando o cenário de recuperação global do mercado de combustíveis em maio, atrelado ao fato de que a pandemia não afetou o mercado de nutrição animal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das Demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2021.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediária, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

O julgamento é aplicado sobre as políticas contábeis que tem efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas na seguinte nota:

- Nota explicativa 12 – Avaliação da determinação sobre os gastos capitalizáveis como custo do ativo imobilizado.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 12- teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; e
- Nota explicativa 6i - vida útil do ativo imobilizado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 19 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediária, salvo indicação ao contrário.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não identificou impactos materiais sobre as demonstrações financeiras

relacionadas as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

Receita de contrato com cliente

As receitas decorrentes da venda de produtos (Nota 20) são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado com segurança, e consequentemente transfere ao comprador o controle dos produtos em um momento específico do tempo. Os preços de venda são estabelecidos com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é apresentada líquida dos impostos (Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”), Programa de Integridade Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, das amortizações referentes aos direitos de exclusividade de fornecimento, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

d. Benefícios a empregados

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

e. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos em que as despesas correlatas são registradas. As subvenções governamentais visam equilibrar os custos incorridos pelas empresas e incentivar investimentos junto ao Estado. A legislação que regula todo e qualquer incentivo fiscal no Estado do MT é a LC 631/2019, que entrou em vigor a partir do dia

1º de janeiro de 2020, que traz várias modalidades de incentivos fiscais, dos quais a Companhia se utiliza das modalidades abaixo:

ISSQN

A Companhia possui um benefício de subvenção governamental municipal, de iniciativa do governo municipal de Nova Mutum/MT com objetivo de atrair investimentos para a cidade, a geração de emprego e a fomentação da cadeia economia local, criado pela lei 2.300 de 16 de julho de 2019. Com esse benefício, a Companhia está dispensada de recolher o ISS sobre toda prestação de serviço tomado no município a Companhia, reconhecendo o crédito na conta de obras em andamento no ativo imobilizado conforme CPC 07. Foi usufruído o montante de R\$ 2.298 até 31 de dezembro de 2020 e R\$ 612 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Crédito Presumido de ICMS

A Companhia aderiu ao programa PRODEIC – Investe Mato Grosso Biocombustíveis, que consiste em crédito presumido de ICMS nas operações interestaduais de produtos de sua produção, renunciando a créditos por entradas. O valor beneficiado com o programa no período findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 26.967 (sem valor para 31 de dezembro de 2019, pois a Companhia se encontrava no início de suas atividades operacionais) e o mesmo está reconhecido na rubrica “Receita operacional líquida, reduzindo a despesa do respectivo tributo”. Para fins de imposto de renda e contribuição social o incentivo fiscal não é tributado e a reserva para incentivos fiscais é constituído nos termos da lei da reserva de incentivo (Art. 30 da Lei 12.973/2014).

ICMS sobre diferencial de alíquota

A Companhia possui uma subvenção governamental estadual PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso) criado pela Lei 7.958/2003. A Companhia entrou com pedido de credenciamento no programa que consiste em benefício do deferimento do diferencial de alíquota de ICMS nas compras feitas fora do estado destinada ao investimento e crédito presumido sobre as vendas de produção na fase operacional. A Companhia obteve seu credenciamento através da resolução nº 567/2019 publicado no DOE em 26 de julho de 2019. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu R\$ 24.228 (R\$ 5.813 em 31 de dezembro de 2019) de subvenção relativa a esse assunto, tendo por contrapartida a conta do ativo imobilizado.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros passivos;
- Variação cambial ativa e passiva;
- Outras receitas e despesas financeiras.

A receita e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócio da Companhia. Pelo fato de estar em fase pré-operacional, a política contábil da Companhia é de reconhecer ativo fiscal diferido com base no seu plano de negócios a partir do primeiro exercício que gerar lucro tributável.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções, vistorias e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Imóveis e edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos e utilitários	05 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao valor justo por meio do resultado.

A reclassificação entre as classes acontece quando ocorrem mudança no modelo de negócios da gestão dos ativos e passivos financeiros. Neste caso todos os instrumentos correlatos à mudança são reclassificados no momento da alteração.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, no caso da Companhia, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Capital social

As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações; ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e ativos contratuais

A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de crédito similares, por canal de venda e rating (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

Com relação a clientes individuais, a Companhia adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(v) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições atuais de mercado, incluindo o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos ou UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente quando o valor contábil do ativo não ultrapassa o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Administração da Companhia não identificou necessidade de constituição com base em algum evento passado.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos da captação de recursos com partes relacionadas sendo que o encargos de juros são capitalizados nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 08 (R1) (IAS 32) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Imobiliários, e CPC 20 (R1) (IAS 23) - Custo de Empréstimos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

o. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional principal do negócio: biocombustíveis, na produção de etanol de milho.

p. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

q. Demonstrações do valor adicionado

É obrigatória somente para companhias de capital aberto, sendo que a Companhia estão apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto de saldo em conta corrente empenhados para atender pagamentos dos passivos circulantes assim como despesas operacionais e administrativas.

	2020	2019
Caixas e bancos	12.958	62
	12.958	62

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de empréstimos e recebíveis relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa 19.

9 Contas a receber

	2020
Mercado interno:	
DDG's	17.001
Óleo de milho	13.623
Etanol	2.626
Energia elétrica	1.038
	34.288

O contas a receber é representado substancialmente por saldos referentes a contraprestação pela venda de produtos e coprodutos acabados (etanol, DDGS (*Distiller's dried grains with solubles*) e óleo em bruto).

A provisão para perdas esperadas foi avaliada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, a avaliação dos assessores jurídicos. Na data base, a avaliação não resultou em saldo a provisionar.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa 19.

10 Estoques

A composição de estoques é compreendida pelos estoques de produtos agrícolas que serão utilizados como insumos para a produção, bem como por produtos de fabricação própria.

	<u>2020</u>
Produtos acabados:	
Etanol hidratado	10.139
DDG's	1.899
Óleo de milho	2.545
Matéria prima e insumos para produção	
Milho	232.135
Milho (armazém de terceiros)	1.033
Biomassa	20.654
Almoxarifado e outros	12.460
Adiantamentos a fornecedores de matéria prima	<u>12.054</u>
	<u>292.920</u>

A composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na nota explicativa 20.

11 Impostos a recuperar

	<u>2020</u>
PIS e COFINS - aquisição de imobilizado	15.834
COFINS a recuperar	(i) 13.672
PIS a recuperar	(i) <u>2.963</u>
	<u>32.470</u>
Circulante	19.209
Não circulante	13.261

(i) Corresponde a saldo de PIS e COFINS a recuperar declarados nas suas obrigações acessórias, originados preponderantemente de aquisição de matéria-prima (milho).

12 Imobilizado

	Terras	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Adiantamento a Fornecedores	Imobilizado em andamento	Total
Custo:								
Em 31 de Dezembro de 2019	9.999	-	166	1.277	-	46.487	143.806	201.735
Adições	-	-	1.537	2.748	8	(42.774)	449.695	411.215
Baixas	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Transferências	-	192.868	319.790	7.532	-	-	(546.712)	(26.522)
Em 31 de Dezembro de 2020	9.999	192.868	321.493	11.533	8	3.713	46.790	586.404
Depreciação:								
Em 31 de Dezembro de 2019	-	-	(4)	(44)	-	-	-	(48)
Adições	-	(1.980)	(5.725)	(1.003)	-	-	-	(8.707)
Em 31 de Dezembro de 2020	-	(1.980)	(5.729)	(1.046)	-	-	-	(8.755)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	9.999	-	162	1.233	-	46.487	143.806	201.687
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	9.999	190.888	315.764	10.487	8	3.713	46.790	577.648

Inpasa Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Terreno	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	9.999	166	315	990	46.487	144.418	202.375
Baixas	-	-	(1)	(26)	-	-	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.999	166	314	964	46.487	144.418	202.347
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(4)	(10)	(33)	-	-	(48)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(4)	(10)	(33)	-	-	(48)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	9.999	162	303	930	46.487	144.418	201.687

a. Imobilizado em andamento

O imobilizado em andamento representa o investimento já realizado para pavimentação e ampliação dos armazéns da indústria na cidade de Nova Mutum-MT. Esses investimentos estão divididos em materiais de construção, mão de obra própria, gastos gerais necessários para colocação do bem em funcionamento, conforme CPC 27 / IAS 16. A expectativa de finalização dessas obras é prevista para dezembro de 2021.

b. Aquisição de imobilizado (adiantamentos a fornecedores)

Os adiantamentos para aquisição de imobilizado referem-se a recursos para aquisição de máquinas e equipamentos, bem como serviços que encontram-se sendo realizados por terceiros.

c. Capitalização de juros de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados, totalizaram R\$ 16.120. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa média ponderada anual dos encargos financeiros da dívida, é de 9% a.a.

d. Teste para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

13 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores nacionais:		
Matéria prima - milho	46.628	-
Materiais e serviços para imobilizado	41.478	40.384
Biomassas	228	-
Fornecedores internacionais:		
Mercadoria para revenda	<u>5.674</u>	<u>-</u>
	<u>94.007</u>	<u>40.384</u>

A exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa 19.

14 Empréstimos e financiamentos

Para a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa 19.

Modalidade	Moeda	Indexador	Juros médios	Garantias	Vencimento	2020	2019
Capital de giro	BRL	100% CDI	4% a.a	Cessão fiduciária	2021	10.011	-
						10.011	-

A seguir apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período:

	Moeda	2019	Captações	Juros apropriados	Pagamentos	Juros pagos	2020
Capital de giro	BRL	-	10.000	59	-	(48)	10.011
		-	10.000	59	-	(48)	10.011

15 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
ICMS a recolher (ii)	6.653	-
IRRF sobre juros empréstimos (i)	4.808	35
PIS/COFINS/CSLL retido sobre serviço tomados (ii)	120	34
INSS retido sobre serviços tomados (ii)	124	303
ISS retido sobre serviço tomados (ii)	99	189
Funrural retido dos insumos adquiridos (ii)	1	-
Outros impostos a recolher	124	21
		11.929
		582

(i) A Companhia reconhece o IRRF sobre juros de empréstimos tomados provisionados com fato gerador para recolhimento na ocasião de pagamentos futuros dos juros.

(ii) A Companhia e suas controladas recolhem os impostos retidos de terceiros, referentes ao ICMS, INSS, FUNRURAL, IRRF, e ISS, bem como PIS, COFINS e CSLL incidentes sobre serviços contratados, no tocante a esses tributos a forma de recolhimento é mensal com exceção do ICMS sobre as vendas de Etanol Hidratado que é decendial.

16 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos antes da entrega dos produtos contratados.

	2020
Etanol	28.444
DDG'S	933
Outros adiantamentos	47
Venda entrega futura etanol	1.992
Venda entrega futura DDGS	2.541
	33.957

17 Transações com partes relacionadas

a. Controlador final

O controle da Companhia se dá por meio do Grupo Infiniti Holding Ltd. sendo José Odvar Lopes o acionista controlador final.

b. Saldos e transações

Os saldos e transações em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 relativos a operações com partes relacionadas em moeda nacional e estrangeira, tendo operações com e sem juros e com prazo de vencimentos em 2022, são apresentadas como segue:

	Grau de relacionamento	2020	2019
Ativo:			
Ativo circulante:			
Contas a receber por emissão de ações			
Grupo Infiniti Holdings Ltd (i)	Controladora	-	870
Total ativo não circulante		-	870
Passivo:			
Circulante:			
Inpasa Agroindustrial S/A (i)	Inter-relacionada	164.485	-
Ethanol Holding S/A (iii)	Acionista	-	8.000
Fornecedores - Sucata - Inpasa Agroindustrial S.A (iv)		13.376	11.858
Total passivo circulante		177.861	19.858

Não Circulante:

Inpasa Agroindustrial S/A (i)	Inter-relacionada	-	71.618
Inpasa Del Paraguay (iii)	Inter-relacionada	442.480	-
Grupo Infiniti Holdings Ltd (ii)	Controladora	13.885	41.737
Fwa Empreendimentos e Participações S/A	Inter-relacionada	-	51
Total passivo não circulante		456.365	113.406
Total passivo circulante e não circulante		634.226	121.406

Impacto no resultado do período	Grau de relacionamento	2020	2019
Variação Cambial:			
Mútuo financeiro - Grupo Infiniti Holding Ltd. (ii)	Controladora	(6.131)	-
Mútuo financeiro – Inpasa Del Paraguay S.A (iii)	Inter-relacionada	(29.530)	-
		(35.661)	-
Receita (Despesas) Financeiras (*):			
Mútuo financeiro - Grupo Infiniti Holding Ltd. (ii)	Controladora	(2.782)	-
Mútuo financeiro - Ethanol Holding S/A (iii)	Acionista	(90)	-
Mútuo financeiro – Inpasa Del Paraguay S.A (iii)	Inter-relacionada	(12.192)	-
Mútuo financeiro – Inpasa Agroindustrial S.A (i)	Inter-relacionada	(4.659)	-
		(19.723)	-
		(55.384)	-

(*) Desse montante a Cia capitalizou R\$ 16.120 nos termos das regras contábeis vigentes.

- (i) A Companhia possui contrato de mútuo financeiro em moeda nacional com sua parte relacionada Inpasa Agroindustrial S.A, cujo relacionamento se dá em função de ambas as empresas possuírem a mesma acionista Grupo Infiniti Holding Ltd, tratam-se de 5 contratos dos quais relatam a importância total de R\$ 446 mil destinado a consecução do investimento em Nova Mutum - MT, e seu pagamento ocorrerá em 31 de março de 2021. Todos sem a incidência de juros até 30 de junho de 2020, incorrendo juros a partir de 1º de julho de 2020 pela taxa anual de 6,36% a serem incididos somente a partir da liberação de cada aporte podendo também ser liquidados antecipadamente a qualquer momento.
- (ii) Representam empréstimos enviados em moeda estrangeira (Dólar) pela parte relacionada para fazer frente aos compromissos financeiros com seu vencimento programado para 16 de abril de 2022, com a incidência de encargos financeiros na importância de 6% e 9% a.a., a exposição ao risco está descrito na nota 19.
- (iii) Representam empréstimos inicialmente enviados pela subsidiária em moeda estrangeira (Dólar) para fazer frente aos compromissos financeiros com seu vencimento programado para 16 de janeiro de 2022, com a incidência de encargos financeiros na importância de 9% a.a., a exposição ao risco da moeda está disposta na nota explicativa 18.
- (iv) A Companhia realizou a compra das sucatas oriundas das obras de ampliação e construção da usina de Sinop/MT com vencimento para setembro de 2021 .

	Moeda	Vencimento	2019	Captações	Juros apropriados	Variações cambiais	Pagamentos	Juros pagos	Total
INPASA AGROINDUSTRIA L S/A	BRL	2021	71.618	359.781	4.659	-	(271.573)	-	164.485
Inpasa Del Paraguay Sociedad Anonima	USD	2022	-	413.082	12.192	29.530	(6.929)	-	442.480
Grupo Infiniti Holdings Ltda	BRL/USD	2022	41.737	12.960	2.782	6.131	(55.803)	-	13.885

Inpasa Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

FWA									
Empreendimentos e	BRL	2022	51	-	-	-	(51)	-	-
Participações S/A									
ETHANOL	BRL	2020	8.000	-	90	-	(8.016)	(74)	-
HOLDING S.A									
			<u>121.406</u>	<u>785.823</u>	<u>19.723</u>	<u>35.661</u>	<u>(341.673)</u>	<u>(74)</u>	<u>620.850</u>

As parcelas vencíveis no longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
13 a 24 meses	456.365	113.406
	<u>456.365</u>	<u>113.406</u>

c. Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e honorários da Administração, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS) e remunerações variáveis como participação nos resultados, gratificação por função e eventuais bônus. O montante referente à remuneração paga aos administradores a título de benefícios de curto prazo foi:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração bruta	180	199
INSS	75	47
FGTS	-	13
	<u>255</u>	<u>259</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor total de capital social subscrito e integralizado é de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), correspondente a 40.000.000 (quarenta milhões) de ações sem valor nominal.

A estrutura societária da Companhia está assim representada:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>
Acionistas				
Grupo Infiniti Holdings Ltd	29.600	74%	29.600	74%
Ethanol Holding S/A	9.600	24%	9.600	24%
Rafael Augusto Ranzolin	400	1%	400	1%
Ramiro Azambuja da Silva	400	1%	400	1%
Total	40.000	100%	40.000	100%

b. Destinação do lucro

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, quando apurar lucro líquido do exercício, destinar-se-ão, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de acionistas, 5% para constituição de reserva legal que não excederá 20% do capital social.

c. Reserva de incentivos fiscais

Trata-se de subvenção para investimento que deve ser tratado como reserva de incentivo fiscal nos termos do artigo 30 da Lei 12.973/2014, sendo reconhecido no resultado ao longo do

período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, uma vez que foram atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais, considerando que a legislação não permite a sua distribuição dentro do período de vigência, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolhimento do tributo. Adicionalmente o valor resultante de reserva de incentivos fiscais, somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital.

d. Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

e. Retenção de lucros

Corresponde ao saldo de lucros após as destinações estatutárias e legais, a disposição dos acionistas conforme proposta da Administração. Sua destinação será deliberada por conta da Assembleia que aprovar as demonstrações financeiras. Essa proposta está baseada na necessidade de manter capital de giro e de atender os projetos atuais e de expansão dos negócios previsto no seu plano de investimento denominado orçamento de capital.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros com o objetivo de proteger o patrimônio, diminuindo as exposições relacionadas principalmente a riscos de câmbio, taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende mitigar, e acontece de acordo com a demanda das áreas de negócio. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos são classificadas nas categorias previstas no Pronunciamento Técnico CPC 48 e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			
		Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Hierarquia do valor justo
31 de dezembro de 2020	Nota				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixas e bancos	8	12.958	-	12.958	-
Contas a receber	9	34.288	-	34.288	-
Total de ativos financeiros		47.246	-	47.246	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	13	-	94.007	94.007	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	10.011	10.011	-
Empréstimos - parte relacionadas	17	-	620.850	620.850	-
Total de passivos financeiros não mensurados ao valor justo		-	724.868	724.868	
		Valor contábil			
		Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Hierarquia do valor justo
31 de dezembro de 2019	Nota				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	62	-	62	-
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Contas a receber por emissão de ações	17	870	-	870	-
Total de ativos financeiros		870	-	932	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	13	-	40.384	40.384	-
Empréstimos - parte relacionadas	17	-	121.406	121.406	-
Total de passivos financeiros não mensurados ao valor justo		-	161.790	161.790	

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de crédito

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia em encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Nota	Valor contábil	Total	6 meses ou menos	12 a 24 meses
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	14	94.007	94.007	94.007	-
Empréstimos e financiamentos		10.011	10.307	-	10.307
Empréstimos partes relacionadas	17	620.850	715.052	164.485	550.567
		724.868	819.366	258.492	560.874

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

(ii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia avalia permanentemente a contratação de operação de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

Exposição a riscos cambiais

É o risco relacionado à variação das cotações de moedas frente à moeda funcional da Companhia, que podem incorrer em ganhos ou perdas financeiras. Grande parte dos empréstimos e financiamentos, está atrelada ao USD e EUR, gerando a necessidade de monitoramento diário e execução de ações que tem o objetivo de proteger o patrimônio da Companhia e suas controladas.

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrando no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	PTAX	R\$	Moeda estrangeira	2020
Empréstimos partes relacionadas (Nota 17)	5,2	445.758	USD	85.723
Exposição Líquida		445.758		85.723

(i) Conforme nota explicativa nº16, b (iii), do montante de empréstimos tomados de partes relacionadas apenas o saldo devedor de R\$ 3.277 tomados da subsidiária Grupo Infiniti Holdings Ltd e da Inpasa Del Paraguay está exposto ao risco da moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade – Risco de moeda

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período à variação monetária do dólar de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de câmbio, na data das demonstrações financeiras intermediária. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em elevação e redução nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Instrumentos	Moeda	Câmbio	Cenário 1 Em reais	Desvalorização (R\$)		Valorização (R\$)	
				Cenário 2	Cenário 3	Cenário 2	Cenário 3
				-25%	-50%	-25%	-50%
Passivos financeiros							
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 17 b,iii)	USD	5,43	445.758	(116.369)	(232.737)	116.369	232.737
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(116.369)	(232.737)	116.369	232.737

Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos com partes relacionadas que não são corrigidos por variação monetária, variação cambial e/ou juro (pré ou pós fixados).

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das Demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Ativos e passivos financeiros	Nota	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	15	10.011	-
		10.011	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, a Companhia e suas controladas efetuaram uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário atual nas taxas de juros, na data das Demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação e depreciação das taxas

	Exposição 2020	Risco	Cenário 1 provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 2	Cenário 3
					25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.011	CD I	2,75 %	275	344	413	(344)	(413)
Total	10.011			275	344	413	(344)	(413)
					69	138	(619)	(688)

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP, na data-base do último dia útil de dezembro de 2020.

(iii) Risco operacional

Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia maximize os resultados pretendidos.

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(iv) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

A Companhia usou uma abordagem similar à utilizada para títulos de dívida na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

Cientes e outros recebíveis

A área de crédito é responsável por estabelecer limites para todos os clientes que efetuarem transações a prazo. Os parâmetros da definição de limites de crédito são:

- a) Informações de mercado (Serasa e *network* com outras empresas); e
- b) Análise financeira sobre as demonstrações financeiras.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa		12.958	62
Contas a receber		34.288	-
Contas a receber por emissão de ações		-	870
		47.246	932

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2020
A vencer:	30.255
Vencidos:	4.033
Até 30 dias	3.161
De 31 à 90 dias	233
De 91 à 180 dias	639
	34.288

20 Receita operacional líquida

A Companhia por meio de suas operações gerou receita principalmente pela venda de etanol produzido do milho e seus derivados. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2020
Etanol hidratado	389.921
Óleo de milho	35.298
DDG's (*)	109.834
Energia elétrica	3.181
	538.234
Deduções	
Impostos sobre vendas	(67.516)
Devoluções de venda de produção própria	(3.785)
	(71.302)
Receita operacional líquida	466.932

(*) Os DDGs (*Dried Distillers Grains*) são coprodutos do parque fabril utilizado para nutrição animal, também conhecido como farelo de milho.

(b) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

<u>Tipo de produto</u>	<u>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</u>	<u>Reconhecimento da receita conforme o CPC 47</u>
Etanol DDG Óleo degomado Energia	Os clientes obtêm controle do etanol, DDG e óleo degomado quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do mesmo, considerando ainda a responsabilidade sobre o frete (CIF e FOB). As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas em prazo que dificilmente ultrapassam 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas destes produtos e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47 / IFRS 15.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se uma estimativa de notas faturadas e não entregues, baseadas em dados históricos segregados por região, e se aplicável o valor é estornado na receita de vendas.

(c) Contratos de clientes

Na data base, a Companhia possuía os seguintes montantes em contratos de fornecimento:

- Venda de etanol Hidratado de 21.869 mil metros cúbicos, que ocorrerão até 30 de novembro de 2020 com um preço que flutua com base nos preços atuais de mercado ESALQ CEPEA no momento da venda.
- Venda de energia de 1.955 MWh, ocorrerão até dezembro de 2020 a um preço médio de R\$ 178,74 por MWh.

21 Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. Em julho de 2020 a Companhia, iniciou suas operações, assim os custos alocados no resultado por função.

	2020
Etanol hidratado	(205.969)
DDG's	(29.223)
Óleo degomado	(6.834)
Energia elétrica	(3.465)
Total	(245.491)

a. Custos por natureza:

	<u>2020</u>
Matéria-prima e Insumos	(228.313)
Depreciação e amortização	(5.748)
Despesas com pessoal	(6.235)
Mão-de-obra contratada	(1.729)
Materiais de manutenção	(1.694)
Outras despesas	(1.386)
Compra de combustíveis	(130)
Materiais de Consumo	(129)
Despesa com Viagens	(128)
	<u><u>(245.491)</u></u>

b. Classificadas como:

	<u>2020</u>
Com materiais	(230.266)
Com pessoal	(6.235)
Depreciação e amortização	(5.748)
Gerais	(1.513)
Serviços contratados	(1.729)
	<u><u>(245.491)</u></u>

22 Despesas de vendas

	<u>2020</u>
Serviços contratados - Fretes	(33.182)
Serviços contratados	(853)
Despesas com materiais	(31)
Despesas com pessoal	(603)
Depreciação e amortização	(2)
Despesas gerais	(644)
	<u><u>(35.316)</u></u>

23 Despesas administrativas e gerais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	(4.364)	(963)
Serviços contratados	(1.767)	(509)
Despesas gerais	(377)	(102)
Despesas com materiais	(1.026)	(143)
Depreciação e amortização	(99)	-
	<u>(7.632)</u>	<u>(1.717)</u>

24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	3.524	-
	<u>3.524</u>	-
Despesas financeiras		
Juros passivos	(8.003)	(99)
Outras despesas financeiras	(256)	(129)
	<u>(8.259)</u>	<u>(228)</u>
Ganho com variação cambial	-	1.189
Perda com variação cambial	(22.300)	-
	<u>(22.300)</u>	<u>1.189</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>(27.035)</u>	<u>961</u>

25 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

a. Composição, natureza e realização dos impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2020	Reconhecidos no resultado	2019
Ativo fiscal diferido			
Variação capital por regime de caixa	5.970	5.970	-
Despesas pré operacionais	1.417	1.417	-
	7.387	7.387	-
Passivo fiscal diferido			
Diferença de taxa de depreciação	(2.074)	(2.074)	-
Juros financeiros capitalizados	(3.036)	(3.036)	-
	(5.110)	(5.110)	-
Base líquida	2.277	2.277	-

b. Base dos impostos diferidos

O montante do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos tem a seguinte origem:

	2020
Diferenças temporárias:	
Variação cambial por regime de caixa	17.560
Despesas pré operacionais	4.167
Diferença de taxa de depreciação	6.100
Juros financeiros capitalizados	8.930
Total	36.757

c. Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar

	2020
IRPJ	9.896
CSLL	27.412
	37.308

d. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	151.345
---	---------

Taxa nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social:	
Tributos pela taxa nominal	(51.458)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:	
Provisões e despesas não dedutíveis	(497)
Juros financeiros não dedutíveis	(1.485)
Incentivos fiscais	9.169
Outros	330
 Total do imposto de renda e contribuição social	 (43.941)
 Imposto de renda e contribuição social diferido	 2.277
Imposto de renda e contribuição social corrente	(46.218)
 Total do imposto de renda e contribuição social	 (43.941)
 Alíquota fiscal efetiva	 -29%

26 Informações por segmento

A Administração da Companhia se baseia em seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que essas declarações são divulgadas seguindo o CPC 22 / IFRS 8 – Informações por segmento.

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: a): Divisão industrial: fabricação de etanol anidro e hidratado, DDGS (*Distiller's dried grains with solubles*), óleo em bruto a partir do milho e cogeração de energia; b): Revenda: óleo adjuvante.

Os segmentos estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia.

Tendo em vista que os ativos são utilizados igualmente para a produção de etanol, DDGS (*Distiller's dried grains with solubles*), óleo em bruto, e bioenergia, não há divulgação em separado desses ativos.

A Companhia não possui, individualmente, clientes que representem volume representativo da receita total até a data base, sendo então reflexo do início da operação em julho de 2020.

27 Resultado por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (a)	133.344	(746)
Número médio de ações (b)	40.000	23.627
Resultado por ação básico e diluído (reais) (a) / (b) x 1000	3,33	(0,03)

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado e estoques, dos quais uma parte são itens não caixa relativos a aquisição de máquinas e equipamentos e matéria prima para a planta industrial, referente a parcelas a pagar, classificadas como Fornecedores, estando este montante eliminado na demonstração de fluxo de caixa decorrente das aquisições de imobilizado e estoques.

A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2020	2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado - Nota 12	411.215	70.917
(-) Transferência créditos de tributos (nota 12)	(26.522)	
(-) Valores não caixa reconhecidos no passivo	(1.094)	(15.147)
(-) Juros capitalizados de empréstimos não liquidados	(16.120)	-
(-) Integralização com itens não caixa – bens do imobilizado - Nota 12	-	(9.999)
(-) Empréstimo de bens de partes relacionadas não pagos	-	(6.609)
(-) Retenção de impostos	-	(225)
Valor efetivamente desembolsado por aquisição de bens do ativo imobilizado líquido	367.478	38.937

29 Compromissos - contratos a termos de compra de milho

A Companhia realiza operações de compra de commodities a termo (matéria-prima - milho), com preços fixados, para evitar ficar exposta a oscilações de preços dessa *commodity*. Nos termos do CPC 47 / IFRS 9 o valor justo deste instrumento financeiro não é reconhecido para os contratos a termo em aberto por serem celebrados e serem mantidos para fins de recebimento do milho, de acordo com os requisitos de compra e uso esperado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha contratos de compra de milho com preço fixado no volume de 397.330 toneladas a um custo total aproximado de R\$ 258.018, o que representa um preço médio de R\$ 649,00 com prazo de entrega entre abril e outubro de 2021.

Inpasa Bioenergia S.A.
CNPJ: 27.026.451/0001-54

Diretoria Executiva
Diretores
Flávio Peruzo Pires Gonçalves
Fernando Zioli Alfini

Contador Responsável: Edson Benedito da Silva
CRC-MG 00106812/O-6
CPF: 034.816.784-95